

Paranapiacaba carece de atenção - Diário do Grande ABC



Problemas estruturais e sensação de abandono revoltam moradores da vila histórica de Santo André; população teme perda de potencial turístico

Bia Moço

Especial para o Diário

13/02/2018 | 07:00



Share to FacebookShare to TwitterShare to LinkedInShare to PinterestShare to Google+Share to ImprimirShare to Mais...21

Falta de estrutura, residências mal-acabadas, e a sensação de abandono. Essa é a realidade vivenciada pelos moradores de Paranapiacaba, em Santo André. Na parte baixa da vila turística é possível observar as históricas casas de madeira em situação precária – há pedaços de assoalho faltando, cercas caídas e quebradas, além de telhados e janelas pela metade. A equipe do **Diário** visitou o local e ouviu a comunidade, que reclama do que considera descaso por parte do poder público e pede novo olhar para a área que, segundo eles, carece de atenção.

Envergonhados com a atual situação, moradores dizem que a antiga Vila Ferroviária perdeu seu charme e beleza, o que já impacta a quantidade de visitantes e, com isso, prejudica o turismo. Além de toda questão estrutural, a população aponta problemas de zeladoria, como grama alta nas calçadas e ruas, o que tem impedido a passagem dos pedestres e aumentado a sujeira.

Com medo de perder o direito à moradia, a população entrevistada preferiu não se identificar. De aproximadamente 30 pessoas ouvidas, somente cinco disseram estar satisfeitas com a situação atual. De modo geral, os moradores se dizem revoltados, até porque não há diálogo e negociação

com a administração local. “Os encarregados do poder público não dão atenção às demandas solicitadas”, ressalta um deles.

Para se viver na vila é preciso a permissão de uso das casas, sendo cobrado valor de R\$ 150 até R\$ 300 mensais, dependendo do tamanho e lote da moradia. O dinheiro vai para a Prefeitura de Santo André como taxa de permissão – o que pode ser comparado a um aluguel. Em contrato, está determinado que o valor arrecadado deve ser utilizado em ações de manutenção e recuperação do patrimônio, além de incentivo ao turismo.

Nascida na vila, moradora de 45 anos diz que tudo que a Prefeitura divulga como melhoria é para “inglês ver”, e que as casas estão caindo aos pedaços. “A administração tem por obrigação zelar, cuidar e realizar a manutenção de todo o bem material da vila. A partir do momento em que Santo André adquiriu os direitos daqui e Paranapiacaba foi tombada, não é mais com as nossas mãos (moradores) que a restauração tem de ser feita.”

A cidade histórica conta com 350 casas, porém, 74 estão vazias. De acordo com o último censo do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), há 930 habitantes na vila.

Embora a manutenção das residências seja de responsabilidade pública, todos os moradores receberam, no início do ano, ofício que dá o prazo de 90 dias para pintura e restauração da parte externa das casas. Inconformados, os permissionários ressaltam seus direitos. “Estamos aqui para zelar pelo patrimônio, mas restauração não é da nossa conta. Pagamos um valor para a Prefeitura justamente para isso. Estamos gastando cerca de R\$ 2.000 para fazer o que eles deveriam”, relata morador.

No ofício recebido da Prefeitura estão discriminados, inclusive, cor, marca da tinta, tipo de madeira, e todo o material que os moradores devem utilizar para o restauro. “Tem de ser absolutamente tudo do jeito que querem e, infelizmente, não temos esse dinheiro. A Prefeitura está lavando as mãos e nos repassando os deveres. Nos colocam medo. Vivemos em repressão.”

Em contrapartida, a população diz não sair das casas por dois motivos: não dispor de condições financeiras para pagar aluguel em outro lugar e ter carinho pelo local.

Administração rebate reclamações

Embora as reclamações da população da Vila de Paranapiacaba sejam antigas, a administração pública disse estranhar tamanha revolta. Em entrevista à equipe do Diário, o diretor de gestão de Paranapiacaba e Parque Andreense, Eric Tadeu Lamarca, e o secretário adjunto de Meio Ambiente, Murilo Andrade Valle, contradizem os moradores.

De acordo com eles, a vila não recebe repasse financeiro do Estado, e as obras previstas no PAC dependem de conclusão para terem o valor contemplado. Além disso, ressaltam que apenas patrimônios históricos estão previstos no projeto de revitalização. No entanto, o secretário adjunto reforça que o cuidado com as casas depende, em partes, do permissionário. “Observamos que as

casas estão com padrão defasado, porque os moradores não tomam conta. Cada família assina um termo que diz quais são as obrigações do governo e a deles com o patrimônio. Observamos que deixam tudo nas costas do poder público, mas não cumprem com o que está previsto para parte deles. Cuidado e pequenas intervenções devem partir do morador, e isso está escrito. O que a Prefeitura faz é restauração estrutural”, disse Valle.

Sobre o ofício entregue, o secretário afirmou que é para pequenos reparos e que o prazo pode ser estendido, de acordo com o caso de cada família.

Questionado sobre o destino do valor pago pelos habitantes na taxa de uso, Eric Lamarca explicou que o montante arrecadado não soma R\$ 40 mil, e que a Prefeitura paga, por mês, cerca de R\$ 75 mil só em conta de energia elétrica da área. “O que os moradores pagam de taxa, e deveria ser destinado para melhorias da vila, não paga nem a conta de luz da população.”

Eles ressaltaram que serviços de capinagem, coleta de lixo e restauração dos patrimônios são realizados semanalmente. Além disso, lembram que há atendimento para a população e que tudo o que demandam pode ser solicitado em ofício. No entanto, Lamarca disse que é raro receber moradores, seja para solicitar ou apresentar problemas.

QUALITURISMO

O diretor de gestão de Paranapiacaba anunciou que a administração fará trabalho de capacitação com empreendedores da vila a fim de melhorar a qualidade do atendimento. A ideia é estimular os comerciantes a agregarem valor histórico ao serviço que oferecem. Além disso, as próximas casas restauradas preveem investimentos turísticos e novas atrações. Cerca de dois eventos por mês estão programados até o fim do ano. Atualmente, a vila recebe cerca de 1.000 visitantes mensais

Obras do PAC continuam paradas

Cinco anos se passaram desde que a Prefeitura de Santo André comemorou a entrada do investimento do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) Cidades Históricas. Na época, o valor anunciado – R\$ 42,42 milhões – deu esperanças aos moradores da vila, com a promessa de uma nova Paranapiacaba. O repasse – proveniente do governo federal – prevê a restauração de patrimônios históricos e, o início das obras, contemplava a revitalização de 242 casas da Vila Martin Smith. No entanto, somente oito residências de alvenaria estão prontas e seis de madeira passam por reparos. Não há previsão para conclusão das demais unidades.

A maior parte do investimento – cerca de R\$ 30 milhões – é destinada à restauração dos imóveis, localizados na parte baixa da vila. Até o momento, foram disponibilizados cerca de R\$ 4,4 milhões para esta etapa, o que equivale a 14,7% do total.

Dos projetos previstos, a administração do prefeito Paulo Serra (PSDB) concluiu somente as obras nas oficinas de manutenção e almoxarifado da antiga São Paulo Railway Company. Embora ainda faltem 90% do projeto, no ano passado a Prefeitura reformou a fachada da biblioteca – construída sobre os escombros de um imóvel conhecido como Casa do Engenheiro, incendiada em dezembro

de 2005 –, a Estação Ferroviária – que reativou o trem expresso da CPTM (Companhia Paulista de Trens Metropolitanos) –, e o conhecido Bar da Zilda.

Além das casas, o PAC Cidades Históricas projeta a revitalização das garagens das locomotivas, da sede da Associação Recreativa Lyra da Serra (Cine Lyra), da Casa do Engenheiro e a reconstrução de imóvel incendiado na região do Hospital Velho. De acordo com a administração, as intervenções estão em fase de elaboração de chamamento para licitação.

CAMPO

Em 2014 o governo federal liberou cerca de R\$ 74 mil – equivalentes a 0,2% do total de R\$ 42,42 milhões – para elaboração do projeto executivo de restauro do campo de futebol, um dos mais antigos do Brasil, inaugurado em 1894. O projeto aguarda aprovação da União e liberação da verba. Além da reforma, está incluso o restauro de duas casas para criação de memorial do futebol, museu que pretende resgatar a história do esporte na região e levar para a área atração turística.

Leia mais

